

Esse dossiê intitulado “*Pedagogias indígenas, fundamentos e métodos para a decolonialidade e a autonomia*”, se apresenta como uma contribuição aos estudos e discussões sobre educação e as diferentes questões que envolvem os povos originários no Brasil. Os direitos territoriais pelos quais os povos originários têm lutado desde a invasão e exploração realizada por Portugal e outras frentes colonizadoras, tem sido uma das questões centrais para que se preservem as ancestralidades indígenas, o direito à diferença, às línguas, à sustentabilidade e à educação intercultural e comunitária.

Desde séculos os povos originários resistem à expropriação de suas terras, se organizam, definem estratégias, enfrentam a exclusão e lutam por seus direitos fundamentais que lhes permite resistir às invasões, incêndios criminosos e ao genocídio. Com diferentes estratégias, nas quais a educação escolar e superior tem tido grande destaque, as ações indígenas vem possibilitando a construção de diferentes perspectivas para o enfrentamento da exclusão e da discriminação a que foram submetidos durante séculos.

Foram inúmeras as guerras, extermínios e massacres perpetrados ao longo da história do Brasil em cada uma das regiões. A resistência indígena, organizada e coletiva, orientada pelo sistema tradicional de liderança indígena permitiu a sobrevivência de mais de trezentos povos e mais de duzentas línguas indígenas faladas no Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988, eliminou-se a tutela imposta por regimes e governos empresariais militares. Com os direitos fundamentais garantidos e com a cidadania, os povos indígenas tem atuado para consolidar seus processos de autonomia.

Com diferentes estratégias, somadas a um cenário mundial de lutas por direitos humanos e culturais, conseguiram impulsionar vertiginosas mudanças, conquistando o acesso ao ensino superior por meio de ações afirmativas e, mais recentemente a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) que tem como objetivo “*atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos*” fomentando o respeito e a valorização da diversidade étnica do país. Algumas ações governamentais e políticas públicas, tem possibilitado o desenvolvimento de processos educacionais escolares e não-escolares próprios. Para tanto há uma série de documentos, dentre eles leis, diretrizes, parâmetros e referenciais que balizam a construção da educação escolar dos diferentes povos, para o enfrentamento aos sistemas educativos colonizadores e homogeneizantes que teimam em permanecer em algumas partes do país.

Desde os anos de 1990, as comunidades indígenas vêm ocupando espaços políticos e protagonizando ações educativas próprias como forma de resistência a um sistema violento e opressor. Lideranças, sábios/as, professores e pesquisadores indígenas tem explicitado diferentes pedagogias interculturais como forma de enfrentamentos às políticas educativas hegemônicas do atual sistema neoliberal.

Nesse sentido, o intuito desse dossiê foi congrega trabalhos que dialoguem com este propósito de resistência e lutas, a partir de um referencial decolonial, com vistas ao fortalecimento da autonomia dos povos originários, de seus etnosaberes e saberes culturais próprios que se consolidam em outros cenários além da instituição escolar, uma vez que compreendemos que a educação indígena e a educação escolar indígena se consolidam não somente na escola e nas universidades, mas em vários outros lugares, práticas e territórios.

Organização

Rosângela Célia Faustino (UEM/Maringá-PR)

Sara Concepción Chena Centurión (PPE/UEM)

Wilson Martínez Guaca (UNICATOLICA-Cali/Colombia)